

Apresentação

Os artigos publicados neste volume especial da Revista Parcerias Estratégicas divulgam o conteúdo integral de um trabalho que foi preparado por especialistas de diversas áreas, com o objetivo de subsidiar o estudo “Mar e Ambientes Costeiros”, desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) por solicitação do Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) da Presidência da República.

As pesquisas têm o propósito de contribuir para a ciência, tecnologia e inovação, numa visão de longo prazo, e para a ocupação efetiva do mar brasileiro e ampliação da nossa presença no Atlântico Sul e Equatorial, de forma racional e sustentável, nos planos internacional, nacional e regional, com vistas ao incremento da competitividade do país. Os textos apresentam e discutem os aspectos socioeconômicos, político-estratégicos e ambientais relacionados aos recursos minerais da plataforma continental brasileira e áreas oceânicas adjacentes do Atlântico Sul e Equatorial.

O primeiro artigo discorre sobre os avanços e retrocessos nas negociações sobre a exploração dos recursos minerais marinhos da área internacional dos oceanos que precederam o estabelecimento da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

O segundo artigo trata do arcabouço legal internacional dos recursos minerais marinhos, trazendo alguns tipos diferenciados de jurisdição estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, tais como Mar Territorial, Zona Contígua, Zona Econômica Exclusiva, Área Internacional dos Fundos Marinhos e Alto Mar que foram aplicados ao conceito de *Espaço Marinho Brasileiro*.

O terceiro artigo trata dos aspectos político-estratégicos dos recursos minerais da área internacional dos oceanos, e aponta regiões de interesse nacional para a pesquisa mineral no Atlântico Sul e Equatorial.

O quarto artigo aborda aspectos da legislação mineral e ambiental no Brasil e no exterior e sua relação com a exploração mineral marinha. Nela são apontadas algumas questões que podem vir a criar empecilhos para a exploração mineral no *Espaço Marinho Brasileiro*, com sugestões de modificações para a melhor adequação dos instrumentos existentes, tais como autorização de pesquisa, concessão de lavra e licenciamento ambiental. De vez que já existe hoje no Brasil uma forte demanda por áreas para o desenvolvimento de pesquisa mineral no mar, a discussão suscitada por esse artigo é mais do que pertinente e oportuna, pois pode evitar futuros problemas decorrentes da inadequação da legislação vigente.

O quinto artigo versa sobre os aspectos científicos dos recursos minerais marinhos, como tectônica, mudanças eustáticas do nível do mar e alterações ambientais, e compreende o ambiente de formação desses recursos e suas diferentes classificações.

O sexto artigo discorre sobre as principais ocorrências de recursos minerais na Plataforma Continental brasileira e áreas oceânicas adjacentes. Ao final, debate a adoção da Zona Costeira como um recurso minerais, a exemplo das discussões promovidas durante as reuniões do Grupo de Coordenação do Programa de Ciência Oceânica relativo a Recursos Não-Vivos (OSNLR) da Comissão Oceanográfica Intergovernamental - da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (COI/Unesco).

O sétimo artigo discute a importância socioeconômica dos recursos minerais marinhos. Para tanto, além dos indicadores ou parâmetros tradicionalmente analisados – reserva, produção e comércio exterior –, foram utilizadas, sempre que possível e justificável, análises qualitativas enfocando três vetores que auxiliam a mensuração da importância econômica dos recursos minerais, a saber: (a) sua contribuição à cadeia de valor da economia nacional; (b) seu impacto social (avaliado à luz da imagem pública do setor); (c) sua expressão política - medida pelo espaço institucional que lhe é reservado nas estruturas e processos de gestão e implementação das políticas públicas.

O oitavo artigo apresenta um estudo sobre a tecnologia de pesquisa, e lavra dos diferentes tipos de recursos minerais que ocorrem na Plataforma Continental brasileira e regiões oceânicas adjacentes.

O nono e último artigo apresenta e discute fatos portadores de futuro, prioridades no estudo do potencial mineral marinho brasileiro e sugere uma lista de projetos estruturantes do para o desenvolvimento da atividade de mineração marinha no Brasil.

O conjunto dos textos visa ainda subsidiar a construção de uma proposta de desenvolvimento e fortalecimento de ações que contribuam para uma efetiva ampliação da presença brasileira no Atlântico Sul e Equatorial, por intermédio do reforço e consolidação de redes de cooperação formadas por órgãos governamentais, setor produtivo, instituições acadêmicas e de pesquisa e terceiro setor.

De forma mais ampla, os estudos visam:

1. Orientar o estabelecimento de estratégias governamentais relativas ao desenvolvimento científico e à exploração sustentável, no Atlântico Sul e Equatorial, dos recursos minerais marinhos presentes em áreas de grande interesse para o Brasil;
2. Indicar áreas nas quais o Brasil necessita adquirir conhecimentos científicos e tecnológicos para a pesquisa e exploração dos recursos minerais marinhos, reforçando a sua inserção no cenário mundial;
3. Propor formas de aproximação entre os setores público, acadêmico e empresarial do Brasil e estimular projetos nacionais que utilizem ciência, tecnologia e inovação como ferramentas para o desenvolvimento nas áreas marinhas e oceânicas;
4. Incentivar pesquisas científicas e tecnológicas voltadas ao conhecimento e ao aproveitamento sustentável dos recursos minerais marinhos da Plataforma Continental brasileira e áreas oceânicas adjacentes;
5. Induzir a criação de núcleos de atividades e promover o aproveitamento de recursos da Plataforma Continental brasileira e áreas oceânicas adjacentes;

6. Discutir aspectos relacionados à sustentabilidade ambiental e ao arcabouço legal de atividades de exploração dos recursos minerais marinhos.

Por fim, gostaria de agradecer ao apoio prestado para a elaboração desse estudo pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), por meio de seu Diretor de Geologia e Recursos Minerais, o Dr. Manoel Barretto da Rocha Neto. Também gostaria de agradecer ao Cmt. Antonio José Teixeira e a Tatiana Pires, ambos do CGEE, pelo empenho na elaboração e publicação desse volume especial da Revista Parcerias Estratégicas, inteiramente dedicado às questões socioeconômicas e político-estratégicas dos recursos minerais marinhos da plataforma continental brasileira e áreas oceânicas adjacentes. .

KAISER GONÇALVES DE SOUZA
Chefe da Divisão de Geologia Marinha
Serviço Geológico do Brasil (CPRM)